



RELATÓRIO TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

3º TRIMESTRE 2020

1. INTRODUÇÃO

Para pleno atendimento das normatizações constitucionais e infraconstitucionais - art. 70 da Constituição Federal; art. 75 da Lei Federal 4.320/64; § 2º do art. 46 da Lei Complementar nº 102/2009 - Lei Orgânica do eg. Tribunal de Contas de MG; artigos 313 e 314 da Resolução nº 12/2009 - Regimento Interno do eg. Tribunal de Contas de MG.

Neste Regime Próprio, o Controle Interno, com sua atuação independente vem contribuir para que essa autarquia alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu art. 37: Moralidade, Impessoalidade, Legalidade, Publicidade e Eficiência. Este último mandamento, Eficiência, vem recebendo uma atenção especial, no tocante à avaliação dos resultados de gestão, quase todos instituídos no Plano Plurianual.

Dentre as atribuições institucionais do Controle Interno encontra-se a análise e opinião sobre a composição do processo de prestação de contas; o resultado do acompanhamento da implementação das recomendações e das normas, bem como a adequação dos controles internos administrativos. Fomenta uma atuação independente da atual gestão, nos sentidos: moral, jurídico, legal, publicitário, impessoal e, em determinados casos, de mérito.

Baseado no Plano Plurianual (2016) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias esta Controladoria busca analisar as metas e objetivos estabelecidos, apontando também as falhas; desenvolve o planejamento das ações; gerencia e executa as ações, sempre com o objetivo de promover o uso coerente dos recursos; e avalia, no limite de suas possibilidades técnicas, os resultados das atividades. E finaliza oferecendo o feedback à gestão.



2. CONTEXTO OPERACIONAL

2.1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO	PREVISTO/FIXADO	REALIZADO
Receitas	R\$45.000.000,00	R\$5.996.291,68
Despesas	R\$45.000.000,00	R\$6.104.504,15

No relatório do Balanço Orçamentário do 2º Trimestre de 2020, extraímos as seguintes informações:

- Arrecadação no valor de R\$5.996.291,68, sendo R\$5.996.141,68 de Receita de Contribuições e R\$150,00 de Outras Receitas Correntes.
- Despesas Empenhadas no valor de R\$166.843,92;
- Despesas Liquidadas no valor de R\$6.120.065,45;
- Despesas Pagas no valor de R\$6.104.504,15;
- E Restos a pagar no valor de R\$54.182,70.

Da avaliação desses números, podemos informar que a Arrecadação trimestral representou em média 13% da previsão inicial. Em relação às despesas pagas, gastou-se mais de 13% do Previsto para o ano.

Em anexo, o Balanço Orçamentário para análise.

2.2- BALANÇO FINANCEIRO

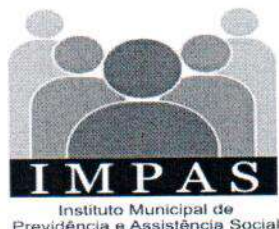
INGRESSOS

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$5.996.291,68
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	R\$5.630.943,14
TOTAL	R\$11.627.234,82

DISPÊNDIOS

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$6.104.504,15
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	R\$5.999.066,25
TOTAL	R\$12.103.570,40

Em anexo, o Balanço Financeiro para análise.



2.3- BALANÇO PATRIMONIAL: Na gestão do patrimônio do IMPAS, foram priorizados investimentos em ativos financeiros.

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou a seguinte movimentação:

VARIAÇÕES ATIVAS		RS	VARIAÇÕES PASSIVAS		RS
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa		R\$36.966,46	Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a pagar a Curto Prazo		R\$5.078,18
Créditos curto prazo		R\$34.013.023,31	Fornecedores e Contas a pagar Curto Prazo		R\$26.025,15
Investimentos e Aplicações Temporárias Curto Prazo		R\$131.524.813,03	Demais obrigações Curto Prazo		R\$397.640,67
Total		R\$165.574.802,80	Total		R\$428.744,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Créditos Longo Prazo		R\$25.393.504,01	Provisões Longo Prazo		R\$273.379.857,01
Imobilizado		R\$682.842,35			
Total		R\$26.076.346,36	Total		R\$273.379.857,01
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Resultados Acumulados		-82.157.451,85
TOTAL DO ATIVO		R\$191.651.149,16	TOTAL: PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$191.651.149,16

No acumulado do 3º Trimestre de 2020 o total do Ativo Circulante representou um decréscimo de R\$14.041.836,63 em relação ao valor apurado no encerramento do Exercício 2019.



O Patrimônio Líquido atingiu um Déficit de (R\$82.157.451,85), representando um aumento no déficit em relação ao fechamento do Exercício 2019, de (R\$14.405.553,46).

Em anexo, o Balanço Patrimonial.

Durante a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, o Controle Interno não se preocupou apenas em acompanhar a conclusão dos projetos ou início das atividades. Buscou-se também mensurar se os Investimentos atingiram seus objetivos com eficiência e eficácia.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECEITAS E DESPESAS DO 3º TRIMESTRE

3.1- RECEITAS

3.1.1- O IMPAS teve estimado no Orçamento do Município para 2020, mediante Lei Municipal nº 4.154/4.155 de 20 de dezembro de 2019, os valores constantes no Quadro abaixo, juntamente com os respectivos valores executados:

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	ORÇADAS	ARRECADADAS
SERVIDORES ATIVOS – 1.2.1.8.01.1.0	R\$ 6.500.000,00	R\$1.420.386,68
INATIVOS – 1.2.1.8.01.2.0	R\$300.000,00	R\$83.594,02
PENSIONISTAS – 1.2.1.8.01.3.0	R\$ 40.000,00	R\$7.636,08
PARCELAMENTOS – 1.2.1.8.02.0.0 1.2.1.8.03.0.0	R\$1.420.000,00 R\$80.000,00	R\$325.795,01 R\$2.178,00
RECEITAS PATRIMONIAIS (VALORES MOBILIÁRIOS, JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS, REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS) – 1.3.0.0.00.0.0	R\$21.000.000,00	-----
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS – 1.9.2.0.00.0.0	R\$100.000,00	R\$150,00

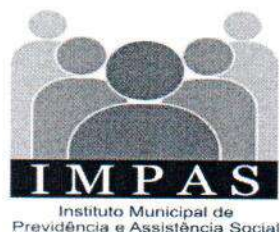


DEMAIS RECEITAS CORRENTES (COMPREV, OUTRAS RECEITAS) – 1.9.9.0.00.0.0	R\$1.100.000,00	-----
PATRONAL – 7.2.1.8.03.0.0	R\$12.500.000,00	R\$3.250.045,81
PATRONAL – PARCELAMENTOS – 7.2.1.8.04.0.0	R\$3.700.000,00	R\$906.506,08
DEDUÇÕES DA RECEITA (VARIAÇÕES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS) – 9.3.0.0.00.0.0	-1.740.000,00	-----
TOTAL	R\$45.000.000,00	R\$5.996.291,68

3.1.2- VALORES RECEBIDOS PELO IMPAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL, IMPAS, TRIBUNAL DE JUSTÇA DE M.G. E SERVIDORES DA PREFEITURA, DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS, PARCELAMENTOS E RETENÇÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS:

ENTE	PARCELAMENTO	PATRONAL	SERVIDOR
PREFEITURA	R\$1.232.301,09	R\$3.210.990,56	R\$1.398.873,04
CÂMARA		R\$29.459,49	R\$13.955,46
IMPAS	ATIVOS	R\$8.763,02	R\$7.141,81
	INATIVOS		R\$83.594,02
	PENSIONISTAS		R\$7.636,08
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MG		R\$832,74	R\$416,37
RESTITUIÇÕES			R\$150,00
JOSELITO BERNARDINO DE SOUZA		R\$2.178,00	-----

TOTAL GERAL DA ARRECADAÇÃO = R\$5.996.291,68



3.2- DESPESAS

3.2.1- As despesas orçamentárias previstas para o exercício de 2020 e os respectivos valores executados no 2º Trimestre são demonstradas no quadro a seguir:

DESPESAS	ORÇADAS	EXECUTADAS
PAGAMENTOS SENTENÇAS JUDICIAIS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 03.001.001.000009.000122.002705.02630	R\$780.000,00	-----
CONSTRUÇÃO/AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPAS, OBRAS E INSTALAÇÕES 03.001.001.000009.000122.002705.03001	R\$150.000,00	-----
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRESIDÊNCIA DO IMPAS 03.001.001.000009.000122.002705.04001	R\$5.280.000,00	R\$94.595,06
MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS ATIVOS 03.001.001.000009.000272.000902.04002	R\$200.000,00	-----
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 03.001.002.000009.000272.000903.04001	R\$7.090.000,00	-----
MANUTENÇÃO ATIVIDADES PRESIDÊNCIA IMPAS 03.001.002.000009.000272.000903.04001 - APOSENTADORIAS DO RPPS - PENSÕES DO RPPS - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$22.000.000,00 R\$2.500.000,00 R\$2.000.000,00	R\$1.821.995,53 R\$135.011,74 -----
MANUTENÇÃO APOSENTADORIA E PENSÃO DO TESOIRO MUNICIPAL 03.001.002.000009.000272.000903.04004 - APOSENTADORIAS - PENSÕES	R\$3.500.000,00 R\$800.000,00	----- -----
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS/RPPS E RPPS/RPPS 03.001.002.000009.000272.000903.04005	R\$700.000,00	-----
TOTAL	R\$45.000.000,00	R\$2.051.602,33



As despesas com a manutenção das atividades do IMPAS no período foram concentradas em:

- Vencimentos e vantagens fixas- Pessoal Civil;
- Obrigações patronais;
- Diárias;
- Materiais de consumo (gêneros alimentícios);
- Serviços de Consultoria (Contábil, Jurídica e Outros serviços), de Terceiros – Pessoa Física (Jetons a Conselheiros e Outros serviços) e de Terceiros – Pessoa Jurídica (Técnicos profissionais; locação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; serviço de energia elétrica, água e esgoto, comunicação em geral; limpeza e conservação; serviços bancários).

3.2.2- Além das Despesas orçamentárias, o IMPAS pagou R\$1.024.683,28 de Despesas Extra Orçamentárias. São elas: IRRF, INSS, Pensão alimentícia e Empréstimos Consignados na C.E.F., Bradesco e Banco do Brasil. A seguir, evolução dos Empréstimos consignados:

MÊS	BANCO DO BRASIL	C.E.F	BRADESCO
JULHO	R\$102.280,11 (92)	R\$16.784,42 (24)	R\$37.564,87 (49)
AGOSTO	R\$104.494,27 (93)	R\$12.717,63 (19)	R\$30.984,08 (44)
SETEMBRO	R\$100.580,44 (92)	R\$16.232,33 (22)	R\$29.185,71 (42)

3.2.3- LIMITE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS – 2%:

SALDO DE 2018	-----
VALOR DO LIMITE	R\$1.143.644,62
VALOR GASTO ATÉ SET	R\$721.871,09

AS NOTAS DE EMPENHOS E NOTAS FISCAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2020 FORAM ANALISADAS E ASSINADAS NO DECORRER DO PERÍODO, RATIFICANDO O PROCESSO DE PAGAMENTO. EM ANEXO, AS RELAÇÕES DE DESPESAS PAGAS POR PERÍODO DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO, E O RESUMO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.



3.2.4- DESPESAS COM PAGAMENTOS DO QUADRO DE PESSOAL DO IMPAS, APOSENTADORIAS E PENSÕES, NO 3º TRIMESTRE. EM ANEXO, OS RESUMOS GERAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS MÊSES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO.

TIPO	QUANTIDADE VALOR LÍQUIDO		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
COMISSIONADO IMPAS	01 R\$12.312,89	01 R\$9.056,40	01 R\$9.056,40
EFETIVOS IMPAS	04 R\$20.155,72	04 R\$20.209,01	04 R\$20.209,01
PENSIONISTAS	56 R\$114.943,32	56 R\$110.835,79	57 R\$111.016,15
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	07 R\$12.980,90	07 R\$12.980,90	07 R\$12.980,90
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	58 R\$105.328,17	58 R\$105.632,06	57 R\$104.732,03
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	120 R\$519.265,84	122 R\$536.372,01	123 R\$540.905,21
PROFESSORES APOSENTADOS	152 R\$696.032,39	153 R\$714.208,78	155 R\$723.087,81
OUTRAS APOSENTADORIAS	75 R\$95.422,59	76 R\$95.945,09	77 R\$97.872,33

4. ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO IMPAS E COMPARATIVO COM A META ATUARIAL

O Patrimônio médio do IMPAS no 3º trimestre de 2020 ficou em R\$132.650.335,20, contabilizando ganho de R\$1.796.882,24, em relação ao 2º trimestre. A maior parte dos recursos está investida na gestora Caixa Econômica Federal (37,20%), e a maioria dos Ativos (63,26%) são Fundos de Renda Fixa. O retorno total da carteira dos ativos foi negativo em (1.329.287,82), sendo o mês de Julho o único com retorno positivo.

Até o mês de Setembro a Meta Atuarial de IPCA+6% a.a. fechou em 5,87% e a rentabilidade da Carteira foi de -7,30%.

A Volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Uma volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. No Trimestre analisado a volatilidade anualizada foi de 10,92%. Como base para comparação, o IRF-M (Índice Renda Fixa Mercado) que tende a ser o menos volátil, apresentou um coeficiente de 5,96%. Já o IMA-B, que habitualmente manifesta alta volatilidade, ficou com 12,67% em 12 meses.

O mês de Julho foi de aumento de incertezas no cenário internacional. Aqui no Brasil, as maiores influências vieram do cenário político, principalmente no que diz respeito ao lado fiscal. Em relação a indicadores econômicos, se percebe que a economia brasileira continua fraca e bastante afetada pela pandemia. Os dados do Caged, que foram divulgados no final do mês e mostram o fechamento de 10,9 mil vagas de trabalho em Junho, também corroboraram com essa constatação. Mesmo com o cenário internacional incerto e os sinais de fraqueza econômica brasileira, Julho trouxe resultados positivos tanto para a renda variável quanto para a renda fixa, fruto do otimismo com o futuro das economias brasileira e mundial, e também em relação ao cenário fiscal, com a perspectiva de prosseguimento da reforma tributária. No mês, o índice Bovespa, principal benchmark da nossa bolsa, teve alta de 8,27%. Na mesma linha, os principais índices de renda fixa também tiveram desempenho positivo no período.



Agosto foi um mês de aumento de preocupações tanto no cenário internacional quanto no nacional. Aqui, os principais fatores de risco estavam ligados ao lado fiscal, com a discussão sobre o teto dos gastos trazendo volatilidade aos mercados. Na reunião do Copom houve uma redução da taxa de juros brasileira em 0,25 ponto percentual, passando-a para 2,00% ao ano. Em relação aos indicadores econômicos, a indústria cresceu 8,9%, e as vendas do varejo subiram 8%. O setor de serviços teve alta de 5%. Mas esses resultados positivos para a economia acabaram sendo ofuscados por fatores políticos, não sendo suficientes para sustentar algum otimismo. Somado o efeito de todos esses fatores de risco, Agosto foi um mês de maior estresse e volatilidade, tanto para a renda fixa quanto para a renda variável, com os mercados trazendo resultados negativos para as carteiras. O Índice Bovespa apresentou queda de 3,44% no mês, e os principais índices de renda fixa, sobretudo os relacionados a juros mais longos, também tiveram rentabilidade negativa.

Setembro foi um mês de estresse para os mercados, com preocupações em relação ao cenário fiscal brasileiro e à intensificação da segunda onda de covid-19 em diversos países. Aqui, novas fontes de estresse no cenário político surgiram a cada semana. Com todos esses fatores, o mês de Setembro novamente foi negativo para as carteiras, com piora nos mercados. O Índice Bovespa caiu 4,8% e os índices de renda fixa também fecharam o mês com quedas.

5. INFORMAÇÕES GERAIS

5.1- ANÁLISE REFERENTE AO ENVIO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS AO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CRP):

Informo que no 3º Trimestre de 2020, todas as informações foram enviadas ao Ministério da Previdência Social dentro do prazo legal.

O CRP do Município de Santa Luzia encontra-se em processo judicial, e foi atualizado em 16 de Julho de 2020, com validade até 12 de Janeiro de 2021.

5.2- DE ACORDO COM DECRETO Nº 3.541 DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTAMENTO E CONTINGENCIAMENTO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, DA EPIDEMIA DE DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA



CAUSADA PELO AGENTE CORONAVÍRUS – COVID 19, PARÁGRAFO 6º, O IMPAS CONTINUA COM HORÁRIO DO EXPEDIENTE REDUZIDO PARA 8:00 ÀS 12:00, E RODÍZIO DE FUNCIONÁRIOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE.

5.3- COBRANÇAS DE DESCONTOS INDEVIDOS

No mês de Julho foram enviados ao Prefeito Municipal de Santa Luzia Ofícios (cópias em anexos) solicitando informações e regularização de repasses de contribuições previdenciárias. As mesmas foram pagas no dia 20/07/2020. Segue em anexo o documento da Fac Sistemas, comprovando o repasse.

5.4- TCE ORIENTA SOBRE POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE REPASSES

No mês de Agosto o IMPAS recebeu do TCE/MG ofício (em anexo), com orientações sobre possibilidade de suspensão de parte dos repasses de recursos aos RPPSs prevista na Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020. Até o fechamento deste Relatório, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia não recorreu a essa suspensão, continuando os repasses feitos ao IMPAS normais.

5.5- No mês de Agosto foram enviados à Prefeitura Municipal de Santa Luzia a Previsão das Receitas por Fonte de Recurso, o Demonstrativo Fixação das Despesas, o Demonstrativo da Previsão das Receitas e o Demonstrativo da Despesa Fixada por Fonte de Recursos. Estes documentos se fazem necessários para consolidação da Lei de Orçamento Anual, que será votada até o final do ano. Seguem as cópias dos documentos enviados.

6. AÇÕES E SUGESTÕES DO CONTROLE INTERNO

No 3º Trimestre, o Instituto adquiriu materiais de consumo diário comprados com orçamentos prévios. Todas as compras estão lançadas no Sistema de Gestão da FAC e devidamente documentadas. A partir de Julho o IMPAS passou a publicar suas licitações e contratos no Diário Oficial do Município de Santa Luzia (DOM).

No mês de Julho foi assinado o 1º Aditivo com a Empresa Fac Sistemas e Consultoria, acrescentando o Módulo Obras, que será utilizado durante a Obra do Muro de arrimo da sede do IMPAS. O IMPAS iniciou em Julho o Credenciamento de Instituições Financeiras,



Administradores Fiduciários, Gestores de carteiras, Distribuidores de Fundos e Fundos de Investimentos.

No mês de Agosto o IMPAS assinou contrato com a AAA AMBIENTAL TECNOBIO, para elaboração do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e contratou o profissional Paulino Júnior para a execução do mesmo. A vistoria foi solicitada no Corpo de Bombeiros em 24/09/2020.

Em Agosto assinou o contrato com Rodrigo Franco Pimentel, para Elaboração de Projeto básico descritivo e quantitativo da Obra a ser realizada no imóvel sede do IMPAS. A obra se faz necessária ante o risco de desabamento e danos a bens e pessoas.

7. CONCLUSÃO

Concluimos que no 3º Trimestre o IMPAS teve uma Gestão que buscou atender as exigências legais constantes na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/00) e Instruções Normativas do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Portanto, como é papel do Controle Interno prover informações confiáveis para a tomada de decisão do gestor, com o objetivo de cumprir metas e resguardar os interesses da Instituição, espero que este relatório possa ser útil para que a Administração do IMPAS siga sempre as normas legais constantes na Legislação Pátria e normas do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

X

Raquel

RAQUEL LIMA DE SOUZA
CONTROLE INTERNO

ORAN
20/09/2020